

MEMÓRIA CAMPINEIRA

DE VILA (1797) À METRÓPOLE (1997)*

Benedito Barbosa PUPO

1. A criação da vila

Neste final do século XX, Campinas tem duas expressivas datas para comemorar, lembrando fatos ocorridos há exatamente duzentos anos: uma em novembro e outra em dezembro. A de 16 de novembro de 1797 assinala a data em que foi decretado o desmembramento da então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, do município de Jundiá. O povoado foi então erigido em vila pela sua condição de sede municipal. A outra, 14 de dezembro do mesmo ano, recorda a consagração da Vila de São Carlos, criada a 16 do mês anterior, erigindo-se naquele dia o pelourinho, símbolo da autoridade e da justiça. Ambos os atos, auspiciosos para nós campineiros, vieram em consequência do labor dos agricultores oriundos de Caçapava, que aqui implantaram o núcleo urbano, que, de modesta freguesia, evoluíra para aglomerado urbano com expressiva população e com recursos para manter-se, podendo, portanto, aspirar a condição de "vila", prerrogativa dos povoados sedes de município.

A freguesia que, no governo do Morgado de Mateus, fora criada em 1774, crescera a tal ponto que levava apenas 23 anos após o governador da Capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a assinar o ato que tornou o então embrião da metrópole campineira de hoje, sede de município.

(*) Matéria publicada originalmente em uma série de sete artigos no "Diário Popular", de São Paulo, entre 16 de novembro e 26 de dezembro do ano passado. Para esta reprodução, foi o texto revisto pelo autor. (N. da R.)

Com sua atividade representada a princípio pela agricultura de subsistência, em pouco tempo, graças aos incentivos do Morgado de Mateus, as terras do município se cobriram de canaviais produtivos da matéria prima e de engenhos que se instalaram, permitindo assim que o açúcar aqui produzido fosse exportado.

A atividade dos agricultores são-carlenses (faço nestas crônicas o registro em termos da época), pouco depois da emancipação, se dedicou, também com êxito, à cafeicultura, justamente à época (1842) em que a Vila de São Carlos, por seus méritos, era elevada à categoria de cidade, com o nome que hoje ostenta de Campinas, relembrando as condições do terceiro quartel do século XVIII, quando existia a densa mata, onde se abriam três clareiras, que pela gente da época era denominada de "as Campinas do Mato Grosso".

A produção da área do novo município era levada ainda na década de 1861/70 até Santos em lombo de burros. Depois da inauguração da ferrovia (a "São Paulo Railway") era levada da mesma forma até Jundiaí, de onde, pelo novo meio de transporte, ia para o porto santista. Em 1872, com a inauguração a 11 de agosto da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, Campinas, já cidade deste 1842 em decorrência do ato do Barão de Monte Alegre, transportava diretamente para o porto de Santos, o café, cuja cultura se expandia rapidamente. Pela sua privilegiada situação geográfica, Campinas tornou-se centro ferroviário de suma importância, com a Paulista, a Mogiana, a Funilense, a Sorocabana e o Ramal Férreo Campineiro.

Nestes duzentos anos em que Campinas evoluiu de pequena vila à metrópole com cerca de um milhão de habitantes, fatores adversos também ocorreram, como a febre amarela, no período de 1889 a 1897 e o de 1930, em consequência da crise da Bolsa de Nova York. Ambos os fatos, entretanto, tiveram seu lado positivo. Graças à ação de Saturnino de Brito, engenheiro sanitarista, que realizou obras notáveis de saneamento, dessecando alagados e construindo canais para evitar a proliferação do mosquito transmissor, Campinas tornou-se modelo de saneamento básico no Brasil. Também a crise de 1930 teve seu lado benéfico para Campinas, pois, com a substituição da monocultura pela policultura, a cidade renasceu novamente como a Fênix de seu brasão.

Há duzentos anos vila. Atualmente metrópole de fato, que só aguarda o pronunciamento da Assembléia Legislativa Paulista para tornar-se metrópole de direito, Campinas tem atividade produtiva nos três setores: primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços).

2. De modesto povoado à vila

Os historiadores e todas as pessoas que estudam o comportamento humano, que é, na realidade, o objetivo da História, têm agora oportunidade para examinarem a atividade dos habitantes de Campinas, neste período de duzentos anos em que de modesto povoado (vila), criado em 1797, anos depois ascendeu à categoria de cidade (1842), para erigir-se em metrópole.

A evolução da atual Campinas, que adquiriu sua autonomia político-administrativa a 16 de novembro de 1797, quando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso (ou simplesmente Freguesia das Campinas), se desmembrou da Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá foi rápida. O período transcorrido entre a data da fundação do povoado e a da elevação deste a vila foi considerado de formação, ocorrendo nele fatos decisivos que justificaram os atos do capitão-general governador da Capitania, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, criando o município com sede na Vila de São Carlos, denominação que substituiu a em uso até aquele momento, e outro mandando erigir, segundo os costumes do Reino, o pelourinho.

Esses dois atos determinados, um a criação do município, a 16 de novembro de 1797, e o outro, mandando erigir o pelourinho, símbolo da autonomia e da justiça, se completam, pois, se por um lado, o primeiro desmembra a Freguesia, o outro consagra a povoação desta, erigindo-se em vila, conforme consta no documento "Acto de Ereçam" (na ortografia da época), assinado pelo Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Jundiá, Caetano Luís de Barros Monteiro, e outras personalidades.

A existência desses dois documentos, que assinalam, um, ato de direito, e outro de fato, pode causar dúvidas em alguns espíritos quanto à data que deve ser oficializada para comemorações. A lógica, entretanto, leva-nos à convicção de que a de direito deve prevalecer, porque antecede à outra que, na realidade, é um complemento da primeira.

Diante da inter-relação de dois documentos inseridos num mesmo contexto, o da emancipação do município de Campinas e o da ereção do pelourinho, não devemos repetir o que aconteceu no passado, quando, por um erro de interpretação, se comemorou em 1939, a fundação de Campinas (ocorrida de fato em 1774), erro esse em consequência de ter sido confundido o início do povoamento com a fundação do núcleo urbano, cousas completamente diversas.

Os historiadores do passado, desconhecendo documentação importante, como a existente no Arquivo de Mateus, em que se registraram os atos do governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, durante os seus dez anos de mandato (1765-1775), apresentavam versão diferente da que se conhece hoje, graças a estudos feitos no início da década de 1971/80. Embora publicações como os almanaques editados no fim do século passado e no início deste, mencionassem alguns atos do Morgado de Mateus relativos a Campinas, a idéia básica da fundação da cidade era de que Campinas nascera do pouso dos bandeirantes que por aqui passavam a caminho do planalto central. Com o conhecimento dos documentos do arquivo de Mateus, uma comissão nomeada então para estudar e dar parecer sobre a data e o local exatos da fundação, concluiu que o local do início do núcleo urbano campineiro foi a clareira (campina) situada onde se situa agora a Praça Antônio Pompeu (também designada por praça Bento Quirino ou Largo do Carmo). A data oficializada foi a da celebração da primeira missa nessa praça, a 14 de julho de 1774. Isto foi estabelecido na Lei Municipal de 1971, depois de o Parecer da Comissão que estudou o assunto dar nova versão, que foi aprovada pela Câmara Municipal.

Ao emancipar-se de Jundiáí, Campinas era apenas um pequeno povoado, que como sede de município passou à categoria de vila, que perdurou por muito tempo, pois a capital, São Paulo, era a única cidade existente na Capitania de São Paulo e durante algum tempo na Província, a fazer jús ao título que hoje está muito bem definido pela legislação, como está o de vila. O Decreto-Lei nº 311, de 3 de março de 1934, estabeleceu normas definitivas sobre a divisão territorial do país. Por essa legislação, o município é constituído de um ou mais distritos, formando área contínua, sendo que somente em um deles, a sede do território municipal será erigido em cidade. O município poderá ter tantos distritos, quantos seu território comportar, sendo que cada um deles, exceto o da sede municipal, terá uma vila (somente uma, como dispõe o parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei 311), que, como no caso da cidade dará nome ao distrito. A Vila Industrial, que recebeu tal denominação antes do Decreto-Lei 311, é apenas sub-distrito, o terceiro do distrito da sede do município. Os outros dois são os sub-distritos da Conceição e de Santa Cruz. O município de Campinas tem quatro distritos subordinados à Prefeitura, que são: Barão Geraldo, Sousas, Joaquim Egídio e Aparecida.

É muito interessante a redação dos artigos 3º e 4º da lei que define a divisão territorial. Esses artigos estão respectivamente assim redigidos: "A sede do município terá a categoria de cidade e lhe dará o nome" e "O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila".

3. A urbanificação

Em 1983, a Editora da Unicamp, comemorando a sua centésima publicação, editou o livro **Testemunho do passado campineiro**, com ilustrações a nanquim das curiosidades arquitetônicas de Campinas. Participei da feitura desse livro, pesquisando em acervos iconográficos curiosas construções da zona urbana e rural e fotografando o que ainda existia de interessante como sobrados e casas térreas, característicos do "status" da riqueza e da pobreza. A diferença fundamental entre ambas as construções estava em que o sobrado era assoalhado, enquanto que a casa térrea de chão batido.

As casas à época em que Campinas foi urbanificada de acordo com as normas prescritas pelo Morgado de Mateus eram construídas de modo uniforme, com padronização fixada por Cartas Régias, como aconteceu aqui. Com o decorrer do tempo, as construções eram feitas em função de posturas municipais. No século XVIII as normas vigentes relacionavam-se com dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento das edificações vizinhas. Nesse período, em que nas cidades brasileiras se procurava reproduzir a aparência portuguesa, as ruas eram definidas pelas casas.

Contrariamente aos espanhóis, que podiam disciplinar a cidade desde o seu nascimento, os portugueses não urbanificavam convenientemente seus centros urbanos, desleixando-se mesmo na sua implantação e desenvolvimento, constituindo-se Campinas provavelmente uma exceção, o que se comprova pelo plano estabelecido pelo governador da Capitania. Em **Raízes do Brasil**, Sérgio Buarque de Holanda retrata a situação com estas palavras: "As casas eram semeadas com desalinho, em volta de uma igreja toda branca e situada quase sempre em lugar mais elevado; com um desalinho que faz pensar um pouco nesses jardins de Portugal, evocados por Gilberto Freyre, cheios de uma poesia meio selvagem e onde aparecem, aqui e ali, flores de nome que pedem poemas: Flor de Noiva, Três Marias, Cinco Chagas, Brinco de Princesa, Flor de Viúva, Suspiros, Saudades, Resedá, Palmas de Santa Rita".

O caso do nascimento de Campinas, como se vê, deu-se de outra maneira. Diferentemente de muitos núcleos urbanos, ela pode ser considerada uma cidade criada. As normas para arruamento e construção de casas, estabelecidas pelo Morgado de Mateus seriam um "plano urbanístico, sem os requintes tecnológicos dos atuais, é claro. Tais normas já revelavam uma certa preocupação com a localização do povoado e suas características urbanas.

A rua caracterizava-se pelas habitações nela alinhadas, não se concebendo casas urbanas recuadas do alinhamento, com jardins, estilo que

só foi adotado no século XIX. Assim, uma via pública demarcada por cercas era apenas uma estrada.

Ao tempo de o Brasil colônia não se admitiam duas opções para construção de casas, só se permitindo casas urbanas e casas rurais. Havia também chácaras, ocupando grandes áreas de terreno, às vezes toda uma quadra. Este tipo característico da habitação colonial, geralmente localizado na periferia, reunia as facilidades do abastecimento e dos serviços da habitação rural.

A rua era uma serventia dos prédios, a qual os moradores utilizavam amplamente, pois era deles. Seu aspecto começou a sofrer deteriorações graças às novas concepções da Arquitetura, que abriram caminho para transformações não só no aspecto das fachadas das casas, com a introdução do porão alto e modificações do aproveitamento do terreno, surgindo então casas isoladas, recuadas do alinhamento da rua e das casas vizinhas. Essa evolução criou as casas com jardins laterais e na frente porões altos. É do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho (**Quadro da arquitetura no Brasil**): "Longe do comércio, nos bairros de caráter residencial, a nova fórmula permitiu aproximar a residência da rua, sem os defeitos das casas térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com grades de ferro, sob as janelas dos salões".

4. A Catedral Metropolitana

Em 1807, em reunião presidida pelo corregedor Miguel Antônio de Azevedo Veiga, que veio à vila de São Carlos, sede do município criado dez anos antes (1797), para participar de uma reunião dos principais habitantes da vila, que pretendiam construir uma nova matriz. Na reunião realizada sob a presidência de Azevedo Veiga decidiu-se, em face da exiguidade do primitivo templo e da expansão populacional, a construir-se a igreja desejada. O capitão Felipe Neri Teixeira, que fora candidato popular ao cargo de capitão-mor para a recém-criada vila, foi encarregado de iniciar o trabalho visando à concretização do objetivo em vista. Dando desempenho à sua missão, o capitão Felipe Neri fez a construção das primeiras taipas piladas, "cujo benzimento foi praticado pelo vigário Joaquim José Gomes, em presença de considerável concorrência", segundo se lê no almanaque **A Cidade de Campinas, 1900**, organizado por Leopoldo Amaral, do qual se deduz que os são-carlenses não pensavam em termos de paróquia ou de vila, mas sim na construção de um templo para futura metrópole, enfim uma catedral metropolitana como de fato é hoje a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Sobre o sonho dos são-carlenses, temos este

relato extraído do citado almanaque: "Temos a admirar não só as proporções grandiosas do projeto, mas ainda, e nomeadamente, a localidade escolhida para sua realização. Naquela época não era um subúrbio, era, para que assim o digamos, um deserto cheio de matas propriamente. Podem ajuizar desta asserção lendo o que diz o viajante Saint-Hilaire, quando passava por aqui, muito posteriormente, e ainda se via assoberbado com os bosques por todas as bandas: **bois de tous les cotés**; e mais já tudo denunciava um adiantamento extraordinário"; completando esta descrição da situação àquela época, lê-se logo em seguida: "Portanto, os iniciadores da edificação, sonhando grandezas, desmarcadas para as suas urgências, previam fatalmente o crescimento e as riquezas de Campinas".

Quando ainda tenente, Alfredo d'Escragnolle Taunay, posteriormente Visconde de Taunay, passou cerca de dois meses em Campinas, como integrante da tropa do Coronel Drago, que aqui permaneceu à espera de ordens superiores, de abril a junho de 1865, quando a caminho da fronteira com o Paraguai. No livro **Cartas da Campanha de Mato Grosso**, o Visconde tem muitas referências elogiosas a Campinas, em suas cartas escritas para o pai e para a irmã, residentes no Rio de Janeiro. Numa das primeiras ao pai, após visita feita à Matriz Nova em construção, registra que o "templo de magestosa construção será certamente um dos mais notáveis em todo o Brasil". É do Visconde, ainda, esta expressão contida na mesma carta: "O interior ostenta notável obra digna de nota". Sobre sua participação nos estudos para a fachada da igreja, oportunamente voltarei ao assunto com detalhes.

A inauguração da Matriz Nova, designação que recebeu para diferenciá-la da antiga matriz, deu-se a 8 de dezembro de 1883. Após morosa construção que durou 76 anos, a nova matriz da paróquia que abrangia toda a região sul da cidade passou a ser um dos orgulhos e referências da cidade, pelas suas obras de arte em madeira. Durante esse período, vários acidentes fatais ocorreram, resultantes de desmoronamento das paredes de taipa, pois não se fabricavam telhas nem tijolos em Campinas (a primeira olaria a fabricar tijolos em Campinas foi a do Sampainho, Carlos Sampaio Peixoto, fundada em 1867). Finalmente, a obra foi concluída com o concurso do engenheiro paulistano, naturalizado campineiro, Ramos de Azevedo, que substituiu o italiano Cristovam Bonini na construção da ostentosa fachada.

A Catedral Metropolitana de Campinas é um monumento de grande valor histórico para a arquitetura, não só pela sua estrutura, feita com terra socada, como pelo seu interior, onde os altares de madeira entalhada, de autoria do "professor de entalhe" Vitoriano dos Anjos Figueiroa. Vitoriano formou aqui um corpo de aprendizes, que colaboraram na produção dos

artísticos altares talhados em madeira. A fachada da Catedral, construída já depois do advento das obras de cantaria e alvenaria em Campinas, foi confiada em 1876 ao engenheiro italiano Cristovam Bonini. Tendo havido uma divergência entre ele e o Visconde de Indaiatuba, Ramos de Azevedo foi encarregado de concluí-la. Augusto Emilio Zaluar, viajante português, escreveu: "O cedro que campeava outrora gigante no santuário das florestas, transformado agora pelas mãos do gênio em maravilhas de arte, adorna o santuário do Deus vivo".

Como referência, ainda, além das obras do interior do templo, a Catedral ostenta em sua parte externa uma obra prima de estereotomia (a arte do corte dos corpos sólidos): a escada à rua 13 de Maio, em que os degraus e a laje são auto-sustentáveis, pois são ajustados entre si sem nenhum tipo de argamassa, betume ou cimento.

5. A expansão de Campinas

Até a primeira década deste século, a Matriz Nova era apenas sede de paróquia. Com a criação do bispado de Campinas, foi logo nomeado bispo da diocese Dom João Batista Corrêa Nery, aqui nascido a 6 de outubro de 1863. Após ter sido bispo do Espírito Santo e de Pouso Alegre (Minas Gerais), foi transferido para Campinas pelo Papa Pio X, a 3 de agosto de 1908, sendo empossado a 1º de novembro do mesmo ano.

Nos primeiros anos da construção da Matriz Nova, a Vila de São Carlos possuía rica vegetação, da qual temos dois testemunhos expressivos, um o Bosque dos Jequitibás, na zona urbana da cidade, e outro no distrito de Barão Geraldo, a Mata de Santa Genebra, agora sob a tutela da Fundação José Pedro de Oliveira. O cientista e escritor francês Auguste de Saint-Hilaire, que por aqui esteve no final da segunda década do século passado, percorreu o Brasil no período de 1816 a 1822. Visitando a Vila de São Carlos em 1819, referiu-se à abundância da vegetação na zona urbana, como vem citado no relato sobre a construção da hoje Catedral Metropolitana no almanaque. Ao referir-se à situação da vila, salientou o fato de estar ela cercada de mata ("bois de tous les cotés", na tradução literal, "mata de todos os lados").

Em suas andanças pelo nosso país, o botânico francês fez notáveis estudos sobre a flora dos vários estados pelos quais andou (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), descrevendo o aspecto da vegetação de cada região visitada. Sua obra, constante de vários livros focalizando os múltiplos aspectos da flora brasileira é de suma importância, sendo fundamental para consultas. Assim também as descrições de suas viagens.

O Teatro São Carlos (construído na década de 1841/50) é outra obra que denota o espírito e a visão do campineiro com relação ao futuro da vila. Antes, porém, de tratar desse assunto, quero lembrar um fato pitoresco ocorrido em Campinas sobre a construção do prédio dos Correios e Telégrafos. No início desse século, os serviços postais e telegráficos constituíam duas entidades autônomas. Em 1901, havia na cidade a estação telegráfica do Telégrafo Nacional e a Agência do Correio. Mais tarde foi criado o Departamento de Correios e Telégrafos, que absorveu os dois serviços. Coube a este departamento, atualmente denominado Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, construir na década de 1941/50 o atual prédio, resultante de campanha de entidades campineiras, que pleiteavam para Campinas um prédio de acordo com as necessidades locais.

Em decorrência de sua sistemática campanha, os campineiros foram surpreendidos com uma auspiciosa notícia. O então Departamento de Correios e Telégrafos comunicava que um seu representante viria a Campinas para apresentar o projeto do novo edifício, desejado pelos campineiros desde longa data. Tomando conhecimento dessa notícia, as entidades que reivindicavam a medida foram, na manhã do dia combinado, à gare da Paulista para receber o visitante portador do almejado presente para Campinas. Incorporado aos recepcionistas, o representante dos Correios e Telégrafos, portando um canudo no qual estava a planta do prédio, percorreu de automóvel a cidade, visitando seus pontos referenciais.

No Bosque dos Jequitibás, onde se realizou o almoço oferecido ao visitante, este, que até então não se referira ao projeto, confidenciou a um jornalista presente o seu embaraço, declarando que estava em dificuldades porque a obra projetada na planta em seu poder não era adequada para Campinas, pois se tratava de um projeto-padrão para cidades vinte vezes menores do que a nossa. Alguns meses depois deste acontecimento, vieram técnicos que estudaram "in loco" o problema, que foi resolvido com a construção do atual prédio à Avenida Francisco Glicério, esquina da rua Ferreira Penteado, inaugurado pelo ministro de Viação e Obras Públicas, na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra. O que aqui relato é a reprodução de um depoimento oral feito pelo jornalista Plínio do Amaral, que ouvira a confidência do representante dos Correios e Telégrafos. Pela situação em que se colocou o portador do projeto, avalia-se como agiam os responsáveis na esfera federal com referência aos problemas de nossas cidades do interior.

Desde a época em que se inaugurou o prédio dos Correios e Telégrafos até o momento presente, o crescimento da cidade se acentuou, obrigando a criação de nove novas agências, além da estação. Posteriormente,

surgiram mais onze agências terceirizadas, criadas com base em conceitos técnicos: a) a carência de atendimento em bairros desprovidos de agências dos Correios; b) a ampliação da malha de atendimento, proporcionando maior comodidade e facilidades para utilização dos serviços dos Correios; e c) o objetivo de ser um agente catalisador em regiões com condições sócio-econômicas favoráveis à expansão e ampliação do mercado. Além disso, está instalado no bairro do Jardim do Lago, no sub-distrito da Vila Industrial, um suntuoso prédio para os serviços da empresa.

6. O Teatro São Carlos

No primeiro ano (1846) do último lustro da metade do século XIX, fundou-se em Campinas a Associação Campineira de Teatro São Carlos com o fim de construir-se uma casa de espetáculos, de acordo com as idéias então reinantes entre a população. Como acontecera anteriormente, no início do século, com a idéia de erigir-se a nova matriz, já se pensava em termos de metrópole. Em 1850 o edifício situado na atual praça Rui Barbosa já funcionava, recebendo companhias de renome. No almanaque **A cidade de Campinas em 1900**, organizado por Leopoldo Amaral e editado pela Casa Livro Azul em 1899, lê-se: "Vinte anos depois (1867) o edifício foi reformado, construindo-se toda a frente sob a direção e planta do arquiteto Manoel Gonçalves da Silva Cantarino. Construído ainda pelos processos primitivos (a primeira olaria em Campinas, a do Sampainho, só foi instalada em 1867), dada a ausência de material de cantaria, o Teatro São Carlos era um edifício digno de ser preservado. Muito elogiado pelos visitantes de Campinas, como o português Augusto Emílio Zaluar, que escreveu em seu livro **Peregrinação pela província de São Paulo** (1860-61) estas expressivas palavras: "O Teatro de Campinas, melhor do que o da capital, faz honra ao bom gosto e riqueza do povo".

Com uma lotação de cerca de mil lugares, o Teatro São Carlos contava com 24 camarotes, 224 cadeiras de primeira classe, 250 de segunda, 172 varandas e 200 galerias. No capítulo "Teatro" de seu livro **Campinas: recordações**, Leopoldo Amaral, o cronista da época, descreve as atividades da velha casa de espetáculos demolida em 1922 para dar lugar ao Teatro Municipal "Carlos Gomes", demolido em 1965. Segundo a crônica do jornalista campineiro, a inauguração deu-se em 1847, havendo, entretanto, outras notas esparsas por várias publicações, que registram o ano de 1850, como o da inauguração.

Graças à excelente casa de espetáculo que Campinas então possuía, sua população pode assistir a grandes apresentações de companhias

líricas e outras, que vinham diretamente da Corte para a cidade. A grande trágica francesa Sarah Bernhardt, em 1866, esteve no São Carlos representando "A dama das camélias", de Alexandre Dumas Filho.

No início deste século realizou-se no tradicional Teatro São Carlos um espetáculo que empolgou o público e a imprensa, não só pela projeção das pessoas que contribuíram para a sua produção, nomes famosos na literatura e na música, como o escritor Coelho Neto e os maestros Santana Gomes, Henrique Oswald, Francisco Braga e Alberto Nepomuceno, como pelo próprio conteúdo e execução do espetáculo, do qual participaram amadores da sociedade campineira.

Tendo o sr. Castro Mendes, proprietário da Casa Livro Azul, na qual funcionava o Clube Livro Azul, pensado, como fazia sempre, em organizar um sarau lítero-musical para comemorar o Natal naquele ano de 1903, o proprietário do estabelecimento e presidente do clube encarregou o escritor Coelho Neto, lente do Ginásio do Estado de Campinas, de escrever algo para a solenidade.

Apresentado por Coelho Neto o que havia produzido - **A Pastoral**, obra literária de mérito, verificou-se que o espetáculo não poderia ser encenado no salão do estabelecimento. Pelo vulto da obra, que exigia condições especiais para a encenação, só havia um local adequado, o Teatro São Carlos. Além disso, a peça elaborada com base em três episódios sacros, exigia cenários e músicas adequadas. É do livro **Campinas: recordações**, de Leopoldo Amaral, este parágrafo: "Coelho Neto traçou uma composição, verdadeiro mimo literário, tomando por assunto os três episódios dos livros santos, a Anunciação, a Visitação e o Natal. É indubitavelmente uma das mais delicadas joias, entre os seus apreciados trabalhos de escritor". O livro **Pastoral**, abrangendo um prólogo e três atos, foi editado posteriormente ao espetáculo de Campinas, datando sua edição definitiva da Livraria Chardon, em 1923.

Amadores de Campinas encarregaram-se da parte cênica, enquanto na parte musical, orquestra e coros, também de amadores campineiros, colaboraram para o êxito do espetáculo, cuja primeira apresentação foi na noite de 23 de dezembro de 1903. A regência coube a quatro renomados maestros, cabendo ao campineiro Santana Gomes reger o prelúdio, sendo o primeiro ato - Anunciação - regido por Henrique Oswald e os outros dois por Francisco Braga (Visitação) e Alberto Nepomuceno (Natal), respectivamente.

A repercussão do espetáculo e o mérito literário dessa obra de Coelho Neto nascida em Campinas extrapolaram os lindes campineiras, pois algum tempo depois era ela encenada por elementos do Rio de Janeiro, que a

representaram no teatro do Parque Fluminense. Também em Portugal foi ela representada posteriormente, sempre com êxito.

7. Verticalização

Em homenagem ao bicentenário da elevação de Campinas a município, procurei abordar alguns aspectos do comportamento da comunidade campineira durante os seus duzentos anos de autonomia político-administrativa nesta série de crônicas. Rica de eventos significativos em todas as áreas da atividade humana, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1774, tornou-se sede de município com o nome de Vila de São Carlos, em 16 de novembro de 1797. Antes do final da primeira metade do século XIX fez jús à denominação de cidade (1842).

Iniciada por Francisco Barreto Leme, caçapavense que aqui se instalara com família em 1739 e em 1774 fora investido pelo governador da capitania, o Morgado de Mateus, como fundador, diretor e administrador da nova povoação, a Freguesia teve suas casas construídas, segundo normas urbanísticas vigentes no Reino, como ordenara o governador. Eram casas térreas alinhadas nas ruas e sem recuos laterais. Construções feitas à base de terra socada ou de pau a pique, pela ausência dos recursos da alvenaria, essas primitivas residências dos campineiros evoluíram com a adoção de porões altos e óculos para a rua. Outra alteração digna de registro é a resultante do sistema então posto em voga pelos campineiros, com o recuo na frente e laterais, permitindo assim o uso de vegetação nas áreas antes destinadas à construção.

Com a inauguração da primeira olaria, a do Sampainho, em 1867 e o advento da ferrovia em 1872, os campineiros, que já habitavam casas de porões altos (construções intermediárias das casas de res-do-chão e dos sobrados) passaram a adicionar ao solo natural o solo criado. Assim, a cidade que já possuía sobrados de terra socada, se multiplicaram graças à alvenaria.

Uma nova fase, do cimento e do ferro, surgiu para os campineiros com a possibilidade de multiplicarem o solo criado, construindo sistematicamente os "arranha-céus". Nesta segunda metade do século XX implantou-se, assim, a era da verticalização, atualmente muito intensa. Os períodos anteriores àquele que se iniciou com edifícios precursores dos sobrados, as casas de porão alto, são registrados pelo Visconde de Taunay em carta endereçada ao pai, em abril de 1865. São dele estas expressões: "Já tem Campinas seus dez mil habitantes, apresentando notável movimento comercial", concluindo que "várias de suas casas particulares ostentam aparência luxuosa".

Sobre a estrutura urbana de Campinas naquele tempo em que Taunay aqui esteve com a tropa do Coronel Drago, sua versão é esta: "As ruas, embora bem alinhadas e extensas não têm calçamento regular nem se acham niveladas". Muito interessante é sua observação quando aborda as dificuldades das construções, pois, como afirma, Campinas se ressentia da falta de pedras. "Isto obriga - registra na carta - os construtores a empregar (sic) as taipas com travejamento de peroba e jequitibás". Para concluir esta visão de um viajante ilustre sobre Campinas de 1865, transcrevo na íntegra o que está na carta também de abril, posterior à anteriormente citada: "A cidade é bem arruada, ruas cortando-se em ângulo reto, o terreno bem feito com pequeno declive". Taunay, nessa carta, salienta a existência de sobrados, associando a opulência dos mesmos ao café, que, naquele ano, como afirma, daria novecentas mil arrobas: "Alguns prédios são muito bons, existindo mesmo alguns vistosos palacetes".

A povoação que Taunay viu então já era diferente do núcleo urbano (antes de Campinas tornar-se vila), composta de três grandes ruas paralelas ao córrego do Tanquinho, que cortavam a zona urbana de Norte a Sul: a de Baixo (Lusitana), a do Meio (Doutor Quirino) e a de Cima (Barão de Jaguara). Pelos vários aspectos mencionados nesta série de crônicas, podemos analisar o comportamento do campineiro nos duzentos anos de autonomia municipal. As casinholas de "pau-a-pique" e os espigões de cimento e ferro são dois extremos da evolução urbana da Vila de São Carlos à metrópole que é Campinas.

(*) As cartas que Taunay escreveu de Campinas, em 1865, e que o autor desta evocação cita diversas vezes e sempre de maneira muito pertinente, foram todas (em número de 22), reproduzidas em o nº 150, desta publicação, correspondente ao segundo trimestre de 1993. (N. da R.).